

07/12/2017

APEOESP

80

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Governo desumano quer demitir 33 mil professores no Natal

Vai faltar professores nas escolas estaduais!

Ao final do ano letivo, no dia 20/12, cerca de 33 mil professores da categoria O da rede pública estadual poderão ser demitidos, tendo em vista que o governo do Estado se recusa a reduzir o período de afastamento obrigatório do final do contrato de 180 dias para 40 dias, ou apresentar outra solução que permita a esses professores participar do processo inicial de atribuição de aulas de 2018, mantendo seus postos de trabalho.

Por isso, a presidenta da APEOESP, professora Bebel, esteve na noite desta quinta-feira, 7/12, na Secretaria da Educação, onde conversou mais uma vez com o chefe de gabinete, acompanhada de uma comissão de mais de cem professores da categoria O.

A APEOESP vem lutando há um ano ou mais por uma solução para este grave problema. Apesar disto, o governo nada fez. Frente ao drama humano de milhares de professores que serão desempregados e de suas famílias, o governo do PSDB se apegou a querelas

jurídicas, produzidas pela Procuradoria Geral do Estado, instituição insensível às necessidades da nossa categoria e da escola pública. O fato é que não foi apresentada nenhuma proposta.

Além da insensibilidade com o drama humano, o governo demonstra descompromisso com a educação pública, pois sua decisão de demitir esses milhares de professores vai agravar a falta de profissionais que já é muito grave na rede estadual de ensino.

Este é o governo que temos no estado de São Paulo. Não nos dobraremos ao seu autoritarismo. Vamos lutar até o fim. Estamos denunciando esta situação para que a comunidade escolar e a sociedade sejam mais uma vez solidárias a nós, professores e professoras.

Estamos na luta, como sempre. Queremos a garantia de emprego para todos os professores que já trabalham na rede estadual de ensino e lutaremos sem tréguas para conseguir essa vitória.

Alckmin quer aprovar o PL da morte no dia 12/12

O governo Alckmin pretende votar o "PL da morte" (PL 920/2017), que corta gastos públicos por 2 anos, na próxima semana, possivelmente no dia 12/12. Na quarta-feira, 6/12, colocou-o na pauta e o retirou, mas já contou tempo de discussão do projeto.

Se aprovado, irão faltar recursos para a educação, para

a saúde, para a segurança e demais serviços públicos. A justificativa é utilizar recursos para pagar a dívida do Estado com o governo federal. Essa dívida é de R\$ 232 bilhões, mas desde 2002 o governo do PSDB já deixou de recolher R\$ 174 bilhões de impostos de grandes grupos empresariais. Ou seja, se o governo Alckmin não

aplicasse essa irresponsável política de renúncia fiscal, 80% desta dívida simplesmente não existiria.

Nossa pressão sobre o governo, particularmente da APEOESP, dos professores, fez com que fosse apresentada uma emenda aglutinativa, da liderança do governo na Assembleia Legislativa, retirando do pro-

jeto proibições de reajuste salarial, concursos públicos e progressões na carreira. Sem dúvida um recuo do governo, mas o projeto é inaceitável. Por isso, temos que comparecer em peso à Assembleia Legislativa no momento da votação, por meio de caravanas organizadas pelas subseções.

Retirem o PL da morte!

A reforma da Previdência pode entrar na pauta a qualquer momento

A APEOESP reafirma às subseções para que mantenham ativos os comitês contra o golpe e em defesa da democracia, que assumam também a tarefa de lutar contra a reforma da Previdência, pois a qualquer momento poderá ser necessária uma paralisação nacional e manifestações públicas.

O governo golpista de Temer ainda não conseguiu o mínimo de 308 votos para aprovar a reforma. Porém,

se perceber que existe esta possibilidade, poderá pautar a votação.

Nas regiões, as subseções devem procurar demais entidades e movimentos e organizar atividades de pressão sobre os deputados federais da região, além de atividades de denúncia em locais de grande concentração popular e nos aeroportos onde os deputados embarcam às segundas-feiras para Brasília e retornam na quinta-feira.

Mobilização adia votação da Base Nacional Comum Curricular

Prevista para quinta-feira, 7/12, no Conselho Nacional de Educação, a votação do documento da Base Nacional Comum Curricular proposto pelo governo golpista de Michel Temer foi adiada.

Com o auditório do CNE lotado por professores de São Paulo e outros estados, bem como de representantes de outros segmentos sociais, as conselheiras Aurina de Oliveira Santana, Malvina Tania Tuttmann e Márcia Ângela da Silva Aguiar pediram vistas do documento, argumentando que é necessário examiná-lo com tempo e mais cuidado, tendo em vista que o Ministério da Educação, não havia divulgado previamente a versão encaminhada ao CNE.

A presidenta da APEOESP, que já foi membro do CNE, vice-presidenta da Câmara de Educação Básica e teve seu retorno vetado por Temer por defender a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade socialmente referenciada para todos e todas, esteve presente, juntamente com a delegação de professores e professoras paulistas e manifestou com veemência nossa oposição à proposta do MEC.

A proposta de BNCC de Temer é excludente, fragmentária (pois trata apenas da educação infantil e ensino

fundamental, quebrando o conceito de educação básica que deve embasar todas as políticas educacionais). Ela vem sendo imposta por um governo sem votos e sem legitimidade, fruto de um golpe contra a democracia. A fragmentação também pretende legitimar, sem debate, a reforma do ensino médio como sendo a própria base curricular deste nível de ensino, o que é inaceitável.

Se aprovada, a BNCC de Temer causará demissões de professores, pois promove a exclusão de disciplinas. Também não permite o debate sobre questões de gênero, a não ser pelo viés da religião, o que é um contrassenso e um absurdo.

Esta BNCC é retrógrada, adota proposições preconceituosas e antipedagógicas do movimento denominado “escola sem partido” e foi construída sem ouvir e considerar, de fato, as opiniões e propostas daqueles que trabalham efetivamente no processo educativo, no chão da escola, em contato diário com a comunidade escolar.

Estamos atentos e mobilizados para impedir qualquer nova tentativa de imposição da proposta de BNCC deste governo. A nova votação está prevista para o dia 15/12, sexta-feira.